

# ANGOLANA

## ATUALIDADE

Número 31

Rio de Janeiro, fevereiro de 1990

## Exército retoma Mavinga

**A** estratégica localidade de Mavinga, na província do Kuando Kubango (sudeste de Angola, junto à fronteira com a Namíbia), foi retomada no dia 2 de fevereiro pelas tropas governamentais, depois de ter estado ocupada pelos rebeldes direitistas da Unita, apoiados pelo exército sul-africano, há oito anos. Durante os combates, mais de quinhentos rebeldes foram mortos e numeroso equipamento militar, entre tanques, veículos, peças de artilharia e milhares de munições, foi capturado. As forças do governo tiveram 47 mortos.

A importância de Mavinga resulta do fato de se tratar da última posição significativa antes do quartel-general dos homens de Jonas Savimbi, na Jamba. Além disso, a localidade foi transformada em autêntica fortaleza militar pelo exército da África do Sul, dispondo de duas pistas de aviação, abrigos anti-aéreos, túneis e instalações diversas. Era em Mavinga que pousavam os aviões americanos saídos da base de Kamina, na República do Zaire, com armas e mantimentos para a Unita.

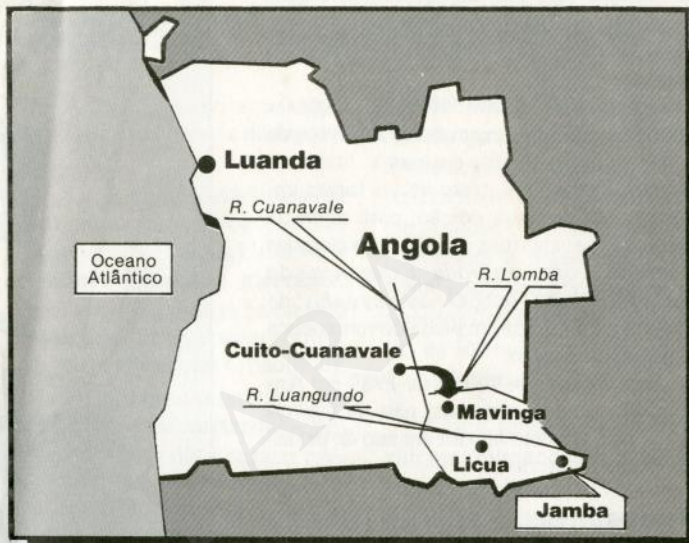
**Guerra e paz** — Apesar do significado militar da retomada de Mavinga, as autoridades angolanas insistem nos seus esforços de alcançar uma paz negociada com os rebeldes. Quatro dias depois da ocupação da cidade, o presidente José Eduardo dos Santos voltou a garantir, publicamente, que “Angola não busca uma vitória militar total”. Ele acrescentou ser necessário revitalizar os entendimentos de Gbadolite, assinados em junho de 1989 e até agora sabotados pela Unita e pelos Estados Unidos.

“É necessário, de acordo com a Lei de Anistia, a integração na vida política, econômica e militar dos membros da Unita que depuserem imediatamente as suas armas e se comprometerem a manter a paz” — declarou José Eduardo dos Santos. Para o presidente, isso inclui igualmente “um tratamento humanitário” para o chefe da Unita, Jonas Savimbi. Note-se que a Lei de Anistia, cujo prazo expirou no dia 4 de fevereiro, foi prorrogada pelas autoridades, “para continuar a abrir caminho a uma solução pacífica através do diálogo”.

## O “amigo” de Portugal

**E**nquanto, em Lisboa, o chefe da Unita Jonas Savimbi era recebido efusivamente pelos seus amigos, em Angola os rebeldes assassinavam dois técnicos portugueses que trabalhavam na Empresa de Diamantes de Angola (Endiama). O fato aconteceu no dia 28 de janeiro, apenas um dia depois da chegada de Savimbi à

capital portuguesa. Os dois técnicos deslocavam-se num carro civil, na província da Lunda Norte, quando foram atacados por um grupo da Unita. A visita de Savimbi a Portugal — note-se — teve de ser abruptamente interrompida devido à retomada de Mavinga pelas tropas governamentais.



## EDITORIAL

## Mandela e Angola

**A** libertação do líder histórico sul-africano Nelson Mandela, no dia 11 deste mês, depois de mais de 27 anos de prisão, constitui um fato que, reconhecidamente, ultrapassa as fronteiras do país do *apartheid*. Desde logo, trata-se de um acontecimento que repercutirá de maneira talvez decisiva em toda a África Austral, contribuindo para a completa cessação dos últimos focos sangrentos de guerra que ainda existem na região. O motivo é que, na medida em que a África do Sul — sabidamente a promotora dos conflitos militares no subcontinente — caminha para um novo tipo de sistema, mais democrático, isso significa que os setores militaristas do regime são obrigados a recuos sem volta (espera-se).

Perante o novo contexto que começa a esboçar-se, um dos grandes perdedores é sem dúvida Jonas Savimbi, o chefe dos rebeldes direitistas angolanos, que, contrariando todas as expectativas, entendimentos e ofertas de paz, insiste em manter uma guerra inútil, unicamente devido à sua cega e desmedida ambição pes-

soal. A evolução da situação no interior da África do Sul (além da independência da Namíbia, marcada para 21 de março), já começou a afetar a capacidade militar da Unita, confirmando a tese das autoridades angolanas, as quais sempre afirmaram que, sem o guarda-chuva protetor das tropas sul-africanas, os rebeldes ficariam mais vulneráveis.

A verdade é que o atual governo de Pretória tem evitado continuar a enviar as suas tropas regulares em auxílio da Unita (o que não tem excluído, entretanto e lamentavelmente, certas formas de apoio logístico ou mesmo o recurso a unidades não-regulares). A tendência é que, com os inevitáveis arranjos político-constitucionais que irão ocorrer na África do Sul, na sequência da libertação de Mandela, cessarão as interferências diretas desse país nos assuntos angolanos. São previsíveis, inclusive, certos mecanismos de colaboração entre Angola e a África do Sul, perante os quais a posição belicosa dos atuais dirigentes da Unita ficará irremediavelmente comprometida.



# Catorze anos de literatura

Desde a independência do país, em 1975, até o ano passado, a União de Escritores Angolanos editou trezentos títulos de autores nacionais, num total de dois milhões de exemplares. Esses dados foram revelados à agência portuguesa Lusa pelo secretário-geral da entidade, o novelista e contista Luandino Vieira.

Só em 1989 foram feitas 31 edições e impressos 200 mil exemplares de livros de poesia, ficção, teatro, ensaios e literatura infantil. Desse total, treze títulos foram impressos em primeira edição, para além da reedição de algumas obras consideradas clássicas, como *Sagrada Esperança*, do poeta Agostinho Neto, *O cão e os calús*, de Pepetela, e a trilogia em prosa do romancista Castro Soromenho.

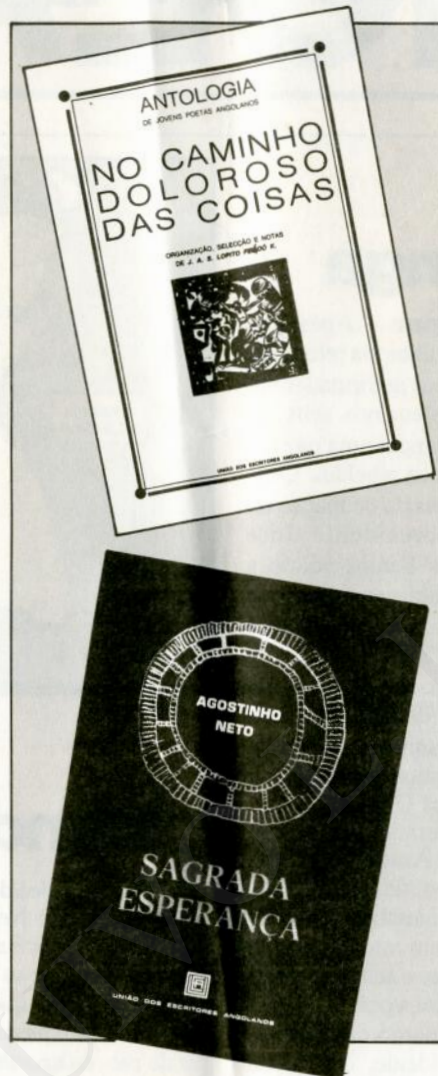
Para Luandino, "o ano de 1989 em Angola, em termos editoriais, não foi espetacular, mas também não foi um ano de desastre, como o anterior".

**Perspectivas** — Até o ano passado, a quase totalidade das obras de escritores angolanos foi impressa no exterior, com pesados encargos para o país. A partir deste ano, contudo, todas as edições angolanas passarão a ser feitas em Luanda, num complexo gráfico misto, criado pela União de Escritores Angolanos em associação com um empresário privado nacional.

A nova tipografia, que já está pronta para começar a trabalhar, tem uma capacidade estimada em um milhão e 500 mil exemplares por ano. Segundo Luandino Vieira, a previsão da União de Escritores Angolanos é publicar durante o ano de 1990 um total de 405 mil exemplares de livros, distribuídos por 36 títulos, metade dos quais serão reedições.

Entre os autores que publicarão obras inéditas, contam-se os seguintes: no gênero romance, Manuel Rui Monteiro, Pepetela, Uanhenga Xitu, Rosário Marcelino, Henrique Abranches e Raul David; em poesia, João Melo e Costa Andrade; e em ensaio, Jorge Macedo, Henrique Abranches e Eugénio Ferreira.

De destacar particularmente a publicação das primeiras obras de banda desenhada totalmente nacionais, que estarão a cargo de



Henrique Abranches, Lito Silva, Sérgio Piçarra e Hugo Fernandes. Cada uma delas terá 20 mil exemplares.

**Novos e velhos** — Luandino Vieira afirmou que, nos catorze anos de independência de Angola, os escritores mais antigos, surgidos nos anos 50 e 60, continuam a ser "os mais prolixos". Até 1980, os temas abordados ainda estavam ligados à realidade colonial, pois os autores procuravam editar tudo aquilo que, durante anos, tinham escrito apenas "para a gaveta", por causa da censura.

Esses escritores mais velhos, conforme declarou Luandino, inserem-se na tradição da intervenção cívica do século XIX, que "levaram até ao extremo". Por isso, as suas obras refletem de forma bastante acentuada a apaixonada denúncia da situação colonial e "o compromisso entre o ideológico, o político e o literário". Mas, a partir de 1980, começaram a surgir os primeiros livros de temáticas mais atualizadas, abordadas, por exemplo, por escritores como Manuel Rui e Arnaldo Santos, para os quais a afirmação da angolidade já era um dado adquirido.

Quanto aos novos autores, o secretário-geral da União de Escritores Angolanos opinou que a sua produção literária "é ainda muito escassa, para que possa determinar as suas linhas de força fundamentais". Contudo, ele identificou as seguintes três direções no trabalho criativo dos novos escritores:

- recuperação dos dados, temas e até processos da tradição oral, apresentando-os sob nova forma literária;
- utilização dos temas da atualidade imediata e focalização dos problemas com que se debate a sociedade angolana moderna;
- preocupação crescente com os temas históricos.

**Autoria** — Uma característica da atual produção literária em Angola é uma menor preocupação com o trabalho lingüístico por parte dos novos escritores. Luandino, reconhecido como um dos autores de língua portuguesa que mais longe levou essa preocupação (há quem, no Brasil, seja tentado a compará-lo a Guimarães Rosa), considera que esse fato tem uma explicação histórica: antes da independência, os autores estavam mais preocupados em assinalar as diferenças relativamente aos colonizadores, desde o plano político e cultural até o lingüístico.

Mas o secretário-geral da União de Escritores Angolanos não deixou de queixar-se: "(...) apesar de ser pacífico que os jovens escritores angolanos não estão hoje muito preocupados com isso, a situação lingüística atual em Angola é muito mais rica e até, do ponto de vista da estética, mais complexa".

Para Luandino Vieira, "em Angola, há hoje muito melhor material para a criação de um estilo literário de autor".

**ANGOP**

AGÊNCIA ANGOLA PRESS

**Diretor Geral:**

Avelino Miguel

**Diretor de Informação:**

Siona Casimiro

**Diretor Técnico:**

José Abreu de Oliveira

**Sede Central**

Rua Rei Katvavala, n.º 120

Telefone: 334-593

Telex: 4160 ANGOP

AN — Luanda

República Popular de Angola

**Sucursais**

**Brasil**

**Diretor:**

Anibal João Melo

**Diretor Adjunto:**

Felisberto Costa Filho

**Endereço:**

Rua Álvaro Alvim,

31/501, CEP 20031,

Centro, Rio de Janeiro

**Telefone:**

(021) 220-9439

**Telex:** (021) 32462

ANBL BR

**Portugal (Lisboa)**

**Diretor:**

Luzia Moniz

**Telefone:** 533-704

**Telex:** 42758 ANGOPP

**Grã-Bretanha (Londres)**

**Diretor:**

Joaquim Camati

**Telefone:** 493-1611

**Telex:** 295813 ANGOP G

**Correspondentes:**

António Santana, (Harare),

Conceição Luanda (Berlim),

Filipe Muakasso (Praga), José

Chimuco (Havana), José

Wolo Kossi (Brazzaville),

Vasco Correia (Moscou)

**ANGOLANA**  
ATUALIDADE

**Editor:** Anibal João Melo

**Redação:** Carlos Augusto de Oliveira Lima e

Felisberto Costa Filho

**Pesquisa:** João Belizário

**Programação Visual:** Squadro

**Composição e Impressão:**

Editora Lidador Ltda.



# ANGOLANA

## ATUALIDADE

Número 30

Rio de Janeiro, janeiro de 1990

## Governo busca paz, apesar do impasse

Foi adiada *sine die* a reunião dos oito países da África Central e Austral que formam o comitê *ad hoc* para a paz em Angola proposta pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, com o objetivo de ultrapassar o atual impasse do processo de pacificação interna do país (ver nossa edição de novembro). O mediador das negociações indiretas entre o governo e os rebeldes da Unita, Mobutu Sese Seko, alegou problemas de calendário para não ir a Luanda no dia 10 de janeiro, última data prevista para o encontro. A mesma reunião já tinha sido adiada duas vezes.

No encontro, os presidentes de Angola, Congo, Zaire, São Tomé e Príncipe, Gabão, Zâmbia, Moçambique e Zimbábue iriam discutir uma nova proposta para implementar o cessar-fogo entre o exército governa-

mental angolano e os homens de Savimbi e para ampliar os entendimentos de Gbadolite (nome da localidade zaireense, onde, no dia 22 de junho de 1989, foi verbalmente acertado um acordo de paz entre o governo de José Eduardo dos Santos e a Unita).

A mencionada proposta foi elaborada pelas autoridades angolanas, que rejeitaram um projeto apresentado pelo presidente Mobutu. Segundo afirmou José Eduardo dos Santos, o projeto zaireense omitia os principais elementos já acertados anteriormente entre as partes envolvidas, além de estabelecer condicionalismos políticos considerados uma ingerência nos assuntos angolanos (como o multipartidarismo). Em outra ocasião, o presidente de Angola afirmaria ser necessário "rever o papel do mediador".

A posição do governo angolano pode resumir-se da seguinte forma:

— É desnecessário assinar um novo cessar-fogo, como propõem os Estados Unidos e a Unita e sugeriu o mediador, pois em Gbadolite já havia sido assinado um (assinar outro, agora, seria anular Gbadolite);

— os mecanismos para controlar esse cessar-fogo devem ter em conta o caráter irregular (não-convencional) da luta travada entre o exército governamental e os rebeldes e, além disso, não podem ferir a soberania angolana;

— é fundamental eliminar todas as ingerências externas nos assuntos de Angola, para que os próprios angolanos possam chegar aos arranjos políticos necessários para estabelecer e consolidar a paz. A propósito, o presidente José Eduardo

dos Santos lembrou, recentemente, que, enquanto a União Soviética se tem absteído de interferir no atual processo de paz em Angola, os Estados Unidos continuam a pressionar o governo angolano a "esquecer" os acordos de Gbadolite, aceitando as fórmulas impostas pela Casa Branca.

Numa tentativa de conseguir uma mudança de atitude da administração Bush em relação a Angola, Eduardo dos Santos pediu ao primeiro-ministro português, Aníbal Cavaco Silva, que, durante a sua deslocação a Washington, no dia 11 de janeiro, explicasse ao presidente americano as novas propostas do governo angolano para estabelecer a paz. A iniciativa praticamente transformou Portugal em mediador das atuais gestões de paz em Angola.

### EDITORIAL

## Onde está o problema

As ações militares realizadas pelo exército governamental angolano, nos últimos tempos, em resposta à escalada belicista dos rebeldes apoiados pelos Estados Unidos e pela África do Sul, serviram de pretexto para o incremento das ingerências oficiais americanas nos assuntos de Angola. Do ponto de vista da Casa Branca, os angolanos deveriam cruzar os braços ante a descarada violação dos acordos de paz de Gbadolite pelos homens de Savimbi e perante a multiplicação dos seus ataques, sobretudo nas províncias de Kuando Kubango e Bié, bem como da infiltração de redes terroristas na própria capital. Felizmente, não pensam assim os angolanos.

Reagindo com clareza às pressões americanas para interromper as ações militares defensivas, o Ministério angolano das Relações Exteriores, em declaração publicada no dia 11 de janeiro, lembra que todo Estado soberano tem o dever e o direito de defender, por todos os meios, a sua integridade territorial e a segurança dos seus cidadãos. Depois de condenar, uma vez mais, a intromissão dos Estados Unidos na questão angolana, o documento chama a atenção da administração Bush para a necessidade de não negligenciar os importantes vínculos econômicos atualmente existentes entre Angola e os Estados Unidos.

Importa sublinhar que a decisão das autoridades angolanas de

responderem com contundência aos ataques generalizados da Unita em nada colide com o seu firme propósito de prosseguir na busca de uma solução negociada do conflito interno do país. Para o governo do presidente José Eduardo dos Santos, a base de tal solução continuam a ser os entendimentos alcançados em Gbadolite, no dia 22 de junho do ano passado. Entretanto, em mais uma demonstração de boa vontade e de seriedade, as autoridades angolanas apresentaram novas propostas de enriquecimento dos acordos de Gbadolite (ver discurso de José Eduardo dos Santos, nas páginas centrais). Em vez de prosseguir os seus ataques, a Unita deve responder claramente a essas propostas.

Há ainda outra lição a extrair dos mais recentes acontecimentos em Angola: sabendo-se que nos atuais combates entre o exército e a Unita estão envolvidos apenas angolanos, o fato de a Casa Branca ter vindo a público exigir a suspensão das ações realizadas pelas tropas governamentais confirma que, sem o apoio direto das forças militares sul-africanas, a Unita é um autêntico castelo de areia. Seja como for, se os Estados Unidos estão sinceramente interessados no fim dos combates em Angola só têm um caminho: deixar de insuflar balões de oxigênio à Unita e de bloquear a solução que os próprios países africanos já encontraram para a questão angolana.



# Paz, democracia interna e d

*O presidente de Angola e do MPLA — Partido do Trabalho, José Eduardo dos Santos, dirigiu uma importante mensagem de fim de ano ao povo angolano, onde explicita as principais intenções do seu governo e do partido para 1990, com destaque para as questões da paz e da democracia interna. Publicamos, a seguir, trechos da mensagem.*

O ano de 1989, que agora chega ao fim, foi marcado por vários acontecimentos de transcendente importância e significado histórico que poderão determinar uma viragem decisiva nas relações internacionais e na própria configuração geopolítica mundial.

A África Austral, por exemplo, deixou de ser um perigoso foco de tensão internacional, após as batalhas do Cuito Cuanavale, Chipa e outras e a conclusão dos acordos de Nova York em dezembro de 1988. Como resultado destes acordos a Namíbia caminha para a independência e há um relativo desanuviamento da tensão militar, com influência positiva na situação interna de Angola, Moçambique e África do Sul.

A tendência para a paz e a estabilidade é irreversível e as transformações políticas em curso conduzirão necessariamente à paz em Angola e Moçambique e à abolição do *apartheid* na África do Sul, abrindo caminho para uma era de paz e cooperação em toda a África Austral.

Tendo diminuído neste contexto os fatores externos que desnaturam o conflito interno em Angola, e interpretando o sentimento de todo o povo angolano no sentido de encontrar uma solução justa para a paz digna e duradoura, o nosso governo elaborou o plano interno de paz, que foi aprovado em Luanda por oito chefes de Estado africanos e cujos princípios foram aceites em Gbadolite por Jonas Savimbi na presença de oito chefes de Estado africanos. O acordo de Gbadolite é assim uma plataforma africana para a resolução do conflito angolano, inspirada no plano de paz do governo da República Popular de Angola.

A esperança de paz que se acendeu com esse acordo em 22 de junho passado foi infelizmente apagada de forma leviana e irresponsável com a continuação da guerra e de ações terroristas por parte da Unita, sob instigação de interesses estrangeiros.

Os Estados Unidos anunciaram publicamente que aumentaram o seu apoio militar e político-diplomático à Unita, interferindo diretamente nos assuntos internos de Angola. Por outro lado, elaboraram uma fórmula para o caso de Angola que não tem em conta a vontade africana nem as condições específicas do nosso país.

Essa fórmula incluiu os conceitos de multipartidarismo, negociações MPLA-Unita — ignorando a existência do governo angolano — revisão constitucional etc., que contrariam os princípios aprovados em Gbadolite. Deste modo os Estados Unidos criaram um sério impasse neste processo e aumentaram

**Com as transformações políticas em curso a tendência para a paz é irreversível, abrindo caminho para uma era de cooperação em toda a África Austral**

as dificuldades da mediação africana.

Entretanto recebemos da parte do presidente Motubu Sese Seko uma proposta de cessar-fogo para implementação urgente após acordo prévio. Não aceitamos essa proposta por duas razões essenciais.

Em primeiro lugar, porque a base política que fundamenta o cessar-fogo omite os princípios mais importantes aprovados em Gbadolite e, em segundo lugar, porque o meca-

nismo de verificação e controle preconizado serve para uma guerra de tipo convencional e não para uma guerra irregular ou de guerrilha e além disso colide com aspectos da soberania do Estado angolano.

Na nossa contraproposta, que já foi entregue, reiteramos que aceitamos o princípio do cessar-fogo no contexto de todos os princípios acordados em Gbadolite e apresentamos um mecanismo mais simples e ágil de controle da observância do cessar-fogo nas condições específicas de Angola.

Por essa razão, referi há pouco tempo a necessidade de se enriquecer o conteúdo do nosso plano de paz que inspirou o acordo de Gbadolite. Na realidade penso que se a nossa proposta de cessar-fogo for basicamente aceita os passos que teremos que dar a seguir no domínio militar são:

- Enquadrar todos os elementos armados que até então combatiam contra o Estado no exército nacional, voluntariamente e em moldes a definir de modo que cumpram o serviço militar nos termos da lei;

- continuar a desenvolver as forças armadas para garantir a defesa da pátria, da integridade territorial e o controle das fronteiras nacionais;

- proceder ao levantamento e destruição de todos os campos de minas militares no território nacional e criar as condições de segurança para a circulação das pessoas e bens;

- assegurar o regresso voluntário das pessoas deslocadas aos pontos de origem e a estabilização da vida dos camponeses.

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1989 introduzimos na nossa terminologia política a noção do pluralismo de ideias nos órgãos do poder do Estado. Para alcançar esse objetivo pretendemos seguir duas vias principais. A primeira é aperfeiçoar o nosso sistema político através de uma definição e delimitação mais claras do papel do partido, da função do Estado e da participação da sociedade civil na consolidação da nação e na construção da nova sociedade. A segunda é estimular e criar condições para o desenvolvimento progressivo da sociedade civil,

**ANGOP**

AGÊNCIA ANGOLA PRESS

**Diretor Geral:**  
Avelino Miguel

**Diretor de Informação:**  
Siona Casimiro

**Diretor Técnico:**  
José Abreu de Oliveira

**Sede Central**  
Rua Rei Katvala. n.º 120

**Telefone:** 334-593  
**Telex:** 4160 ANGOP  
AN — Luanda  
República Popular de Angola

**Sucursais**  
**Brasil**

**Diretor:**  
Anibal João Melo  
**Diretor Adjunto:**  
Felisberto Costa Filho  
**Endereço:**  
Rua Álvaro Alvim,

31/501, CEP 20031,  
Centro, Rio de Janeiro  
**Telefone:**  
(021) 220-9439  
**Telex:** (021) 32462  
ANBL BR

**Portugal (Lisboa)**

**Diretor:**  
Luzia Moniz  
**Telefone:** 533-704  
**Telex:** 42758 ANGOPP

**Grã-Bretanha (Londres)**

**Diretor:**  
Joaquim Camati  
**Telefone:** 493-1611  
**Telex:** 295813 ANGOP G

**Correspondentes:**

António Santana. (Harare),  
Conceição Luanda (Berlim),  
Filipe Muakasso (Praga), José  
Chimuco (Havana), José  
Wolo Kossi (Brazzaville),  
Vasco Correia (Moscou)

**ANGOLANA**  
ATUALIDADE

**Editor:** Anibal João Melo

**Redação:** Carlos Augusto de Oliveira Lima e  
Felisberto Costa Filho

**Pesquisa:** João Belizário

**Programação Visual:** Squadro

**Composição e Impressão:**  
Editora Lidador Ltda.



### EDITORIAL

## Pressões injustificadas

O ano de 1989 só não foi o ano em que se consolidaram de vez as perspectivas de paz em Angola devido à cega intransigência do governo dos Estados Unidos, que teima em impor as suas próprias soluções para o conflito interno angolano, passando por cima, arrogantemente, não apenas das especificidades histórico-culturais daquele país, como também das decisões tomadas soberanamente pela quase totalidade dos Estados africanos, empenhados numa complexa ação de mediação entre as autoridades angolanas e os rebeldes chefiados por Jonas Savimbi.

O governo do presidente José Eduardo dos Santos tem dado provas inequívocas de boa-vontade, seriedade e efetivo interesse em terminar com a guerra dramática que assola o país desde 1975. Após os acordos de Nova York (dezembro de 1988), que abriram caminho à independência da Namíbia e ao fim do conflito armado com o exército da África do Sul, as autoridades angolanas passaram a concentrar os seus esforços na solução pacífica do problema da Unita. Foi elaborado um plano de paz, o qual, depois de endossado pela maioria dos Estados africanos, acabou por ser aceito pela própria Unita, em junho deste ano. Uma lufada de esperança animou, então, não apenas os angolanos, mas todo o continente africano e a comunidade internacional em geral.

Porém, os Estados Unidos não ficaram satisfeitos. É que a solução encontrada pelos africanos não satisfaz os seus interesses hegemônicos de grande potência. Por isso, a Casa Branca ordenou que Savimbi e os seus homens ignorassem os compromissos que eles próprios haviam aceito em Gbadolite e iniciassem uma escalada militar sem precedentes. Enquanto isso, os Estados Unidos intensificaram as pressões políticas, para obrigar o governo angolano a concessões inadmissíveis.

Uma das pedras de toque dessas pressões é a instauração imediata do multipartidarismo em Angola, esquecendo (ou fingindo esquecer) o grau de desenvolvimento histórico do país e, sobretudo, a sua realidade étnico-cultural. Sem entrar no árido debate sobre a vinculação mecânica entre multipartidarismo e democracia, recorde-se simplesmente que, por exemplo, os Estados Unidos não se mostraram muito preocupados com o multipartidarismo quando promoveram o sangrento golpe militar no Chile. De igual modo, não revelam particulares inquietações com os seus numerosos aliados governados por partidos únicos. Quer dizer: as pressões americanas para a imediata implantação do multipartidarismo em Angola são apenas "conversa para boi dormir".

## Angola é campeã de basquete

O selecionado angolano venceu o 15.º campeonato africano de basquetebol masculino, ao derrotar na final a equipe do Egito por expressivos 89-62. É a primeira vez que o país se sagra campeão africano da modalidade, em seniores masculinos. Duas vezes vencedor da prova continental em juniores (juvenis) masculinos, tinha obtido até aqui dois segundos lugares e um terceiro, em seniores.

O 15.º campeonato africano de basquete senior masculino realizou-se em Luanda, de 16 a 26 de dezem-

bro. As duas equipes finalistas disputarão o próximo campeonato mundial, a realizar-se em 1990 na Argentina. A grande decepção foi o selecionado da República Centro Africana, uma das potências africanas da modalidade, que não conseguiu passar sequer às semi-finais.

Os angolanos José Carlos Guimarães, que joga na equipe portuguesa do Porto, e Jean-Jacques da Conceição, que joga no Benfica de Lisboa, foram respectivamente o melhor atleta do torneio e o maior finalizador (cestinha).

## Uma questão africana

A solução do problema interno angolano deve ser encontrada pelos angolanos e no quadro africano. Essa posição foi reiterada, uma vez mais, ao término da 9.ª reunião de cúpula dos cinco países de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), realizada de 18 a 20 de dezembro na cidade caboverdeana da Praia.

Os cinco presidentes manifestaram igualmente a sua preocupação com a sistemática ingerência externa nos assuntos da República Popular de Angola. Apelaram especialmente aos Estados Unidos e à África do Sul "para que adotem uma atitude positiva, que favoreça a implementação dos entendimentos de Gbadolite, de modo a facilitar o desenvolvimento pacífico e ininterrupto da mediação africana".

O encontro da Praia decorreu numa altura em que se constata um impasse nas negociações de paz em Angola, provocado pelo prosseguimento do apoio americano e sul-africano aos rebeldes direitistas da Unita. Obedecendo em particular às pressões da Casa Branca, os homens de Savimbi violaram os entendimentos alcançados em junho deste ano com as autoridades angolanas. Um dos objetivos da política americana na região é desmoralizar na prática a intermediação dos governos africanos e impor as suas próprias fórmulas para resolver o problema.

**Apartheid** — Os presidentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe analisaram também a situação na África do Sul. Assim, consideraram "positivos" os atuais sinais de mudança emitidos pelo novo governo sul-africano, mas reafirmaram que as ações empreendidas "ainda não satisfazem as aspirações e preocupações do povo sul-africano e da comunidade internacional".

Para eles, a abolição das leis segregacionistas, a libertação de todos os presos políticos, incluindo Nelson Mandela, o fim do estado de emergência e o levantamento da interdição do Congresso Nacional Africano e das restantes forças *antiapartheid* constituem "condições indispensáveis" à criação de um clima favorável a negociações destinadas a desmantelar o regime de *apartheid*.



# ONU apóia reconstrução de Angola

A Assembléa Geral das Nações Unidas aprovou em dezembro uma proposta de assistência internacional à República Popular de Angola, apresentada pela Iugoslávia e subscrita por mais cinqüenta países. Não houve votos contra e apenas dois países se abstiveram: os Estados Unidos e Israel.

Os signatários da proposta afirmaram-se “profundamente preocupados com o sofrimento humano em Angola e a onda de destruições provocada pelas ações de agressão e desestabilização cometidas pelo regime do *apartheid*”. Manifestaram também a opinião de que o referido país africano deve receber uma indenização apropriada pelos danos materiais sofridos e já avaliados em mais de 20 bilhões de dólares.

O representante iugoslavo sublinhou que Angola nunca deixou de apoiar os outros povos na sua luta pela liberdade. Mencionou em especial o povo namibiano, cujo processo de ascensão à independência foi finalmente deslançado em dezembro de 1988, depois das derrotas militares sofridas pelo exército da África do Sul — potência que administrava a Namíbia — no sul de Angola.

**Ponderação** — Ao explicar o seu voto na sessão que aprovou a proposta de assistência

a Angola, o representante americano afirmou que a decisão do seu país “não é definitiva”, sem revelar, contudo, em que condições a Casa Branca poderia modificar a sua atitude. Os Estados Unidos apóiam militarmente a Unita, uma organização direitista que luta contra o governo revolucionário de Angola.

Manuel Pacavira, embaixador angolano nas Nações Unidas, reagiu com ponderação à votação do representante americano. “Compreendemos as razões para a abstenção dos Estados Unidos” — afirmou ele. Acrescentou ter apreciado a declaração do representante americano, que reconheceu a necessidade do apoio da comunidade internacional à recuperação de Angola.

Entretanto, foi noticiado que a Caritas americana iniciou no fim do mês de novembro um programa de ajuda a Angola, que inclui a doação de bens alimentares, bem como de instrumentos agrícolas e sementes para os camponeses. Trata-se da primeira organização não-governamental americana a realizar tal operação em Angola. Confiando a sua intenção de atuar sistematicamente — e não apenas eventualmente — no país, a referida organização indicou a jorna-

lista Dennis Gibrien para representante permanente em Angola.

**Condenação** — Por seu turno, o Comitê Americano para os Refugiados criticou o auxílio concedido pela Casa Branca aos rebeldes da Unita e afirmou que a administração Bush deveria exercer a sua influência para ajudar a pôr termo à guerra em Angola.

A instituição, cujos fundos provêm de fundações filantrópicas e doações particulares, apelou ao governo americano para que seja “mais coerente” e promova efetivamente a paz em Angola. “Todos os outros objetivos devem ser subordinados à obtenção da paz” — sublinhou.

O comitê acrescentou que a comunidade internacional deve planejar com as autoridades angolanas uma resposta adequada às necessidades das populações deslocadas, assim que terminar a guerra.

Enquanto isso, o Conselho Nacional das Igrejas de Cristo dos Estados Unidos voltou a exigir o reconhecimento diplomático do governo de Angola pela Casa Branca, bem como a suspensão do auxílio militar e financeiro à Unita.

## Acordos angolano-zairenses

Um acordo migratório e de segurança e outro interpartidário selaram, no mês de dezembro, a vontade política dos governos angolano e zairense de ultrapassar as diferenças ideológicas existentes entre ambos e de estabelecer relações de boa vizinhança entre os dois países. Enquanto, em Luanda, os ministros da Defesa de Angola e do Zaire consolidavam os acordos anteriores para a abertura e controle da longa fronteira comum — 2.600 km —, em Kinshasa, os secretários do MPLA — Partido do Trabalho e do Movimento Popular da Revolução para as Relações Exteriores assinavam um inédito acordo de cooperação entre os dois partidos no poder nos mencionados países.

A livre circulação de pessoas e bens e a abertura de postos fronteiriços na extensa fronteira angolano-zairense era uma proposta angolana que datava de 1978 e que foi finalmente aceita pelas autoridades de Kin-

shasa. Com a medida, o exército angolano poderá controlar mais facilmente as infiltrações dos grupos armados da Unita que operam no norte do país, alegadamente sem conhecimento dos responsáveis zairenses. Este acordo completa-se ainda com um outro para a troca de refugiados que, voluntariamente, desejem regressar aos seus países. Desde setembro, já voltaram para Angola 3.800 refugiados que viviam no Zaire, tendo regressado para este país 2.100 zairenses.

O acordo assinado entre o MPLA — Partido do Trabalho e o MPR abrange, pela primeira vez, setores considerados mais “difíceis”, dadas as diferenças ideológicas e programáticas entre as duas agremiações, como os da organização patidária e informação. Afonso Van-Dúnem (Mbinda), secretário do Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho para as Relações Exteriores, afirmou, a propósito: “O importan-

te e determinante são a amizade e a solidariedade entre os povos angolano e zairense. A ideologia é uma coisa importante, mas não vai impedir o relacionamento dos dois povos.”

As relações entre Angola e o Zaire têm sido, ao longo do tempo, muito problemáticas. Depois da intervenção militar zairense em Angola, em 1975, os presidentes Mobutu Sese Seko e Agostinho Neto assinaram, em 1978, um acordo que deu início a um processo de desanuviamento entre os dois Estados. Mas as relações angolano-zairenses jamais se aprofundaram demasiado. Com os primeiros sinais de libertação da Namíbia, surgiram também notícias segundo as quais os Estados Unidos estariam pressionando Mobutu a servir de retaguarda para os rebeldes da Unita. Porém, a diplomacia angolana, ao envolver o presidente zairense no processo de pacificação interna do país, conseguiu impedir esse objetivo, pelo menos até agora.

**ANGOP**

AGÊNCIA ANGOLA PRESS

**Diretor Geral:**

Avelino Miguel

**Diretor de Informação:**

Siona Casimiro

**Diretor Técnico:**

José Abreu de Oliveira

**Sede Central**

Rua Rei Katavala, n.º 120

**Telefone:** 334-593

**Telex:** 4160 ANGOP

AN — Luanda

República Popular de

Angola

**Sucursais**

**Brasil**

**Diretor:**

Anibal João Melo

**Diretor Adjunto:**

Felisberto Costa Filho

**Endereço:**

Rua Álvaro Alvim,

31/501, CEP 20031,

Centro, Rio de Janeiro

**Telefone:**

(021) 220-9439

**Telex:** (021) 32462

ANBL BR

**Portugal (Lisboa)**

**Diretor:**

Luzia Moniz

**Telefone:** 533-704

**Telex:** 42758 ANGOPP

**Grã-Bretanha (Londres)**

**Diretor:**

Joaquim Camati

**Telefone:** 493-1611

**Telex:** 295813 ANGOP G

**Correspondentes:**

António Santana, (Harare),

Conceição Luanda (Berlim),

Filipe Muakasso (Praga), José

Chimuco (Havana), José

Wolo Kossi (Brazzaville),

Vasco Correia (Moscou)

**ANGOLANA**  
ATUALIDADE

**Editor:** Anibal João Melo

**Redação:** Carlos Augusto de Oliveira Lima e

Felisberto Costa Filho

**Pesquisa:** João Belizário

**Programação Visual:** Squadro

**Composição e Impressão:**

Editora Lidador Ltda.



# Homenagem aos que tombaram

O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, participou em Havana, no último dia 7 de dezembro, da cerimônia de homenagem póstuma aos 2.289 internacionalistas cubanos que tombaram nos últimos anos na África, a maior parte dos quais em território angolano.

Esta missão de solidariedade levou mais de 400 mil cidadãos cubanos a países africanos, onde ajudaram a defender a integridade territorial, a soberania e a independência dos povos, para além de participarem em tarefas no âmbito da reconstrução nacional.

Dados divulgados na véspera do ato público realizado no mausoléu de Cacahual, onde repousam os restos mortais do herói Antônio Maceo, revelam que em Angola perderam a vida 2.016 cubanos, 787 dos quais em ações de combate, 524 por doença e 705 por acidente. O líder cubano Fidel Castro considerou esta missão a "mais prolongada e complexa" do internacionalismo cubano.

Por Angola passaram nos últimos quatorze anos cerca de 300 mil combatentes e trabalhadores civis cubanos que ajudaram, com todo o seu saber, a minimizar os problemas causados pela fuga massiva dos colonos e de muitos quadros técnicos na época da independência.

**Idealismo** — Conforme sublinhou o presidente José Eduardo dos Santos, "só pertencendo a um povo consciente do seu valor e formado nos elevados princípios da revolução e do socialismo" se chega "ao gesto sublime de verter o seu próprio sangue e de dar a sua generosa vida ao serviço de um ideal que ultrapassa fronteiras e transcende os limites estreitos do egoísmo humano e dos interesses materiais".

Para Fidel Castro, a solidariedade brindada pelos cidadãos cubanos aos seus irmãos angolanos constitui "uma verdadeira façanha" do exército e do povo cubano. "Poucas vezes se escreveu uma página igual de altruísmo e solidariedade internacional", notou.

A história dá-lhe razão: estando em perigo a liberdade do povo angolano, que corria o risco



A comitiva angolana foi recebida no aeroporto pelo presidente Fidel Castro



O presidente José Eduardo reverenciou os combatentes cubanos mortos na África

de ver morrer na nascente a sua República Popular, as autoridades angolanas lançaram um apelo à ajuda internacional para rechazar as forças invasoras que atacavam a partir das fronteiras norte e sul.

Responderam prontamente alguns países amigos, do campo socialista, com destaque para Cuba, que não hesitou em enviar para Angola os primeiros soldados, que ajudaram o exército nacional angolano — as Fapla — a travar os invasores já bem perto da capital angolana.

Esta cooperação prolongou-se no tempo devido à necessidade de defender Angola das agressões militares do exército regular sul-africano, cessadas apenas em 1988, após derrotas sofridas em solo angolano.

De fato, foi na sequência das vitórias das Fapla, apoiadas pelos soldados cubanos, no Cuito Cuanavale, Chipa, Calueque e outras batalhas históricas que o regime sul-africano sentiu perder-lhe desfavoravelmente o fiel da balança no teatro da guerra na África Austral e condescendeu em negociar a paz.

**Amizade** — Ao render-se homenagem aos internacionalistas cubanos tombados na África, não é demais realçar o seu papel positivo nas mudanças ocorridas na parte austral do continente africano, onde graças à sua intervenção foi possível implementar o plano da ONU sobre a independência da Namíbia.

Para Angola, é claro que a retirada das tropas cubanas do seu território, na sequência dos acordos tripartites de Nova York, obtidas que foram as garantias do fim da hostilidade sul-africana, está longe de significar o término das relações privilegiadas de amizade e de cooperação com a República de Cuba.

A presença do presidente José Eduardo dos Santos naquele país, em visita oficial de trabalho e de amizade, de 5 a 8 de dezembro, à frente de uma delegação que abrangia responsáveis por áreas como as Relações Exteriores, Saúde, Educação e organizações de massas e sociais, é prova eloqüente do amplo leque de possibilidades de cooperação bilateral.

Na Ilha da Juventude continuam a fazer os seus estudos cerca de cinco mil jovens angolanos, com quem José Eduardo dos Santos dialogou no decurso de sua visita, esclarecendo as dúvidas sobre a situação atual em Angola e respondendo às suas preocupações sobre problemas sociais e outros.

Para quem tinha dúvidas, esta visita do chefe de Estado angolano a Cuba permitiu esclarecer que os povos angolano e cubano têm em alto apreço a unidade e a amizade forjadas na luta contra o inimigo comum, pela paz e o desenvolvimento, e tudo farão para preservá-las.



## DIPLOMACIA

**Conferência** — Uma delegação angolana, encabeçada pelo ministro da Justiça, Fernando França Van-Dúnem, e pelo embaixador junto às Nações Unidas, Manuel Pedro Pacavira, participou no mês passado, em Nova York, da vigésima conferência anual do Instituto Afro-Americano, organização não-governamental que tem funcionado como órgão de assessoria da administração americana para questões africanas. Participaram dos trabalhos diversos deputados e senadores ligados aos subcomitês de África do Congresso americano, um delegado do Departamento de Estado, embaixadores africanos junto às Nações Unidas e ao governo americano, acadêmicos, analistas políticos, jornalistas e empresários especialmente convidados. O tema An-

gola foi introduzido no debate pelo embaixador do Zaire junto às Nações Unidas, Bagbeni Adeito Nzengeya, que falou sobre o plano de paz apresentado pelo governo angolano na reunião de Gbadolite (Zaire), realizada em 22 de junho. Segundo ele, o chefe da Unita aceitou o referido plano com todas as suas cláusulas, incluindo a que prevê o seu afastamento voluntário e temporário, com o objetivo de facilitar a concretização do processo de reconciliação nacional. O ministro da Justiça de Angola deu a conhecer, na sua intervenção, em detalhes, o plano de paz aprovado em Gbadolite e os esforços que estavam sendo desenvolvidos pelo seu governo no sentido de uma autêntica reconciliação nacional, aproveitando-se a experiência de outros países afri-

canos que tinham vivido situações similares.

**Visita** — O secretário-geral do Ministério angolano das Relações Exteriores, Armando Cadete, esteve, no mês passado, por uma semana na Inglaterra para discutir com as autoridades locais o incremento da cooperação interministerial. Em Londres, o dirigente angolano solicitou ao secretário de Estado do Foreign Office, Linda Chalker, o incremento da cooperação, sobretudo no domínio da formação de quadros do seu ministério, principalmente da carreira diplomática e intérpretes de língua inglesa. A criação em Luanda de um laboratório desta língua, com o financiamento das autoridades inglesas, foi outro tema que Armando Cadete discutiu durante a sua visita.

## COOPERAÇÃO

**Alimentos** — Angola vai receber 210 toneladas de óleo vegetal, num montante de 200 mil dólares, incluindo transporte e armazenagem, conforme anunciou a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), para cobrir as necessidades alimentares de 92 mil pessoas deslocadas no sul do país. Esta ajuda segue-se a uma outra de quase 5 mil toneladas de arroz, num montante de 782 mil dólares, autorizada pela FAO em outubro último, e responde ao apelo do governo angolano lançado em setembro deste ano, quando realizou uma conferência de doadores, para solicitar à comunidade internacional uma ajuda de emergência face à questão dos refugiados e deslocados de guerra. A ajuda ora concedida está inserida num plano alimentar de urgência, estimado em quatro milhões de dólares.

## CULTURA

**Cinema** — O diretor da Cinemateca Nacional de Angola, Bito Pacheco, anunciou para breve a inauguração de dois cinemas em Luanda, além do funcionamento de um cineclub. No setor de publicações, a Cinemateca vem editando matérias diversas sobre a primeira filmografia do cinema angolano, uma lista do acervo filmico do país e o trabalho *Cinema angolano no passado*, de José Mena Abrantes. A Cinemateca é também responsável por um programa de televisão e outro de rádio, que oferecem informações sobre cinema e procuram formar o público do ponto de vista cinematográfico.

**Biblioteca** — Angola já dispõe de trinta bibliotecas públicas que recebem normalmente leitores de todas as categorias, informou a diretora da Biblioteca Nacional, Gabriela Antunes. Apesar do pequeno número de profissionais especializados em bibliotecas, está sendo desenvolvido um grande esforço, inclusive na promoção de conferências, debates e exposições. Uma das formas de aquisição de obras para a biblioteca é o de troca com universidades e instituições estrangeiras no país, além do intercâmbio com bibliotecas nacionais de outros países.

## ECOLOGIA

**Tráfico** — As denúncias sobre o envolvimento da Unita no tráfico de marfim voltaram à baila com as revelações do jornal sul-africano *Sunday Times* referente à continuação deste contrabando pela organização terrorista angolana. O jornal publicou uma entrevista com um antigo oficial do exército sul-africano, o coronel Jan Breytenbach, na qual este afirma que a "Unita continua envolvida no tráfico de marfim e chifres de rinoceronte provenientes do abate indiscriminado de animais no sul de Angola para financiar as suas atividades militares". Segundo o militar, todo o

marfim é transportado através da Namíbia para a África do Sul, que se tornou um importante posto de exportação deste produto. Ele afirmou ainda que o exército sul-africano é o principal colaborador da Unita no aniquilamento de elefantes e rinocerontes no sul de Angola, sendo o transporte do marfim efetuado por elementos selecionados daquela força, que gozam de imunidades especiais na movimentação por estradas e aeroportos, deixando claro que a Unita sozinha não está equipada para realizar este tipo de operações.

# ANGOLA, TERRA DA LIBERDADE



# TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
**A Serviço da Reconstrução Nacional**

TAAG — Av. Presidente Vargas 542/Loja A  
Telefone: 263-4911  
Telefones no Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113



# Desenvolvimento econômico

libertando a criatividade dos cidadãos na resolução dos problemas sociais dentro da ordem estabelecida.

Neste contexto, iremos consagrar em diploma legal a autonomia e a liberdade de ação das organizações sociais e de massas e das associações sócio-profissionais e eliminar paulatinamente o excesso de zelo dos órgãos do partido e a tendência para confundir as organizações sociais e de massas com os organismos do partido.

No seio destas organizações poderão ser apontados cidadãos não membros do partido como candidatos a deputado e para qualquer nível dos órgãos do poder do Estado. Não pretendemos excluir também o surgimento de candidatos independentes aos órgãos do poder local do Estado, numa primeira fase, desde que tenham um significativo apoio popular. A lei eleitoral poderá assim vir a ser reajustada para satisfazer estas e outras necessidades atuais.

Finalmente, com estas medidas pretende-se valorizar e dignificar a participação dos filhos e filhas de Angola nos assuntos da nação de acordo com a lei e este nobre objetivo não pode ser alcançado sem ampliar cada vez mais a democracia, à medida que amadureçam as condições e tendo em conta a concreta realidade histórica angolana.

Aceito já entre nós o princípio de que a democracia tanto pode ser praticada no sistema político do partido único como no sistema político multipartidário, resta-nos concluir que a história recente de Angola nos ensina que só o sistema de partido único serve de modo realista ao nosso país nesta etapa histórica.

Aumentam assim as responsabilidades do partido e para o cumprimento com êxito da sua missão histórica ele terá que adequar-se às novas exigências, fortalecendo a sua ação em todos os domínios e aprofundando o centralismo e a democracia na sua vida interna.

O reajustamento que se preconiza não implica o abandono da nossa opção pelo socialismo e envolve apenas uma adequação de métodos de aplicação dos princípios socialistas à atual realidade angolana. Ele não é ditado por influências ou pressões externas,

mas sim pela nossa própria dinâmica interna de desenvolvimento.

No domínio econômico, é nosso objetivo declarado ir acabando paulatinamente com os métodos administrativos de gestão, criar as condições económico-financeiras que permitam libertar a iniciativa empresarial e fazer funcionar estímulos económicos, ao mesmo tempo em que procuramos reestruturar os órgãos executivos do aparelho do Estado, reduzindo a burocracia e aumentando a eficácia do governo na concretização prática dos objetivos traçados.

Com a vitória eleitoral da Swapo na Namíbia, e com as alterações de algum impacto que as autoridades sul-africanas se têm visto obrigadas a empreender no seu próprio país, em razão da atuação cada vez mais eficaz do ANC e de outras forças patrióticas e também da comunidade internacional, começa a esboçar-se uma nova era de estabilidade na

**É nosso dever vencer os últimos obstáculos para a paz, que são a intransigência dos EUA e a conseqüente continuação da guerra em Angola**

região, capaz de consolidar no futuro um clima de paz e desenvolvimento na África Austral.

Por isso mesmo é nosso dever mobilizar todas as nossas energias para vencer os últimos obstáculos que ainda se erguem no caminho para a paz, que são a intransigência dos Estados Unidos no seu apoio aos bandos da Unita e a conseqüente continuação da guerra em Angola.

Exortamos assim os heróicos combatentes das Fapla e todo o povo angolano a prosseguirem ainda com maior decisão os seus esforços e sacrifícios para se acelerar o fim da guerra e conquistarmos a paz, pois só assim poderemos transformar de forma radical o destino de todos nós.

E é com legítimo orgulho que nesta data saudamos em nome do povo, do partido e do governo todos aqueles que nas frentes militares cumprem o seu sagrado dever, garantindo a integridade do nosso solo, a defesa das populações e das conquistas por estas já alcançadas e a soberania da nação.

Uma palavra especial vai também para os mutilados e veteranos de guerra que ainda hoje sentem na carne e no espírito o alto custo da entrega generosa das suas próprias vidas à luta por tão nobres e elevados ideais. Que a sociedade reconheça sempre a sua contribuição e os seus méritos.

Termino resumindo que as idéias que enriquecem o nosso plano de paz e o acordo de Gbadolite são:

- Reconhecimento da soberania do Estado e da legitimidade do governo angolano;
- cessar-fogo e criação das condições de segurança para a circulação de pessoas e bens;
- desenvolvimento do exército nacional;
- garantias legais para a participação de todos os filhos e filhas de Angola nos assuntos da nação;
- promulgação de uma lei sobre associações;
- recenseamento geral da população;
- revisão da lei eleitoral e criação das condições para a realização de eleições em todo o território nacional;
- recuperação económica.

Que estas intenções sejam bem explicadas e entendidas por todos os angolanos de boa vontade, que o ano de 1990 seja o último da longa caminhada que nos conduza à completa instauração da paz, ponto de partida para o progresso e desenvolvimento do nosso querido país, são os votos sinceros que dirijo a todos os angolanos, onde quer que se encontrem.

## Balanço das violações da Unita

**A** Unita desencadeou 644 ataques e 322 emboscadas entre 24 de junho de 1989 (data da proclamação do cessar-fogo no país) e 5 de dezembro último, soube-se em Luanda, de fonte oficial autorizada.

De acordo com a fonte, a Unita colocou, no referido período, 264 minas anti-pessoais e 110 minas anticarro, efetuou 210 flagelamentos e organizou 114 saques às populações.

Estes atos causaram 2.294 mortos, 3.622 feridos, 1.294 raptos, centenas de viaturas e casas destruídas assim como 1.574 cabeças de gado bovino roubadas.



## DIPLOMACIA

**Panamá** — O Birô Político do Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho divulgou uma declaração sobre a invasão do Panamá por tropas americanas em que manifesta sua inquietação com a situação reinante naquele país, onde tropas invasoras, por ordens expressas do presidente George Bush, agrediram um país soberano, independente e membro de pleno direito das Nações Unidas. O documento ressalta que “a invasão militar, num momento em que se registra

um clima de distensão, em que o uso da força e a ameaça da sua utilização na resolução dos conflitos entre os Estados tem cedido progressivamente lugar ao diálogo positivo e construtivo, demonstra uma vez mais a agressividade da política externa americana, que não poupa meios quando vê os seus pretensos interesses políticos e geoestratégicos ameaçados”. Afirma ainda o documento do Birô Político: “A agressão contra o Panamá, um pequeno Estado subdesenvolvido, que

se junta a tantas outras levadas a cabo pela maior potência capitalista, entre as quais se destacam as realizadas contra o Vietnã, São Domingos, Granada e Líbia, em violação grosseira às normas do Direito Internacional Público e, especialmente, à que determina que, enquanto sujeito de Direito Internacional, nenhum Estado está subordinado ao ordenamento jurídico de outro Estado, não pode deixar de merecer a nossa mais viva condenação.”

## GUERRA

**Atrocidades** — Marvyn Malan, ex-membro das forças especiais do exército sul-africano que participaram ativamente das agressões militares contra Angola, revelou ter visto e cometido “coisas terríveis” contra as populações civis deste país. Desertor do exército e atualmente exilado nos Países Baixos, por temer represálias, Marvyn Malan, 27 anos, disse ter combatido em Angola entre 1982 e 1985 e que a sua unidade praticou atrocidades não só contra angolanos, mas também contra os refugiados namibianos e sul-africanos no sul de Angola, bem como a destruição de infra-estruturas sócio-econômicas deste país. Afirmando-se primo do atual ministro sul-africano da Defesa, General Magnus Malan, o jovem disse ter preferido o exílio do que continuar a defender uma causa que para ele nada tem de legítima. As autoridades sul-africanas confirmaram que Marvyn Malan fez, de fato, parte das forças especiais sul-africanas.

## COOPERAÇÃO

**China** — A 1.ª Comissão Mista Anglano-Chinesa, que esteve reunida durante quatro dias em Luanda, terminou os seus trabalhos com a assinatura de três acordos de cooperação. Um dos acordos prevê a prorrogação, até 1995, de um crédito de cerca de 13 milhões de dólares que a China concedeu a Angola em 1984. Dentro dos acordos assinados, a China vai igualmente conceder um donativo em artigos diversos no valor de 300 mil dólares e enviar para Angola especialistas para colaborarem na reconstrução da Escola Nacional do Partido. O vice-ministro chinês para as Relações Econômicas e Comerciais com o Exterior, Ulan Mulin, pouco antes de deixar Luanda reiterou o desejo do seu governo de desenvolver com Angola relações de cooperação privilegiadas nos domínios da indústria, agricultura e energia.

**CEE** — A Empresa Regional de Massas e Bolachas, localizada na cidade de Lubango, província de Huíla, vai beneficiar-se de um financiamento da Comunidade Económica Europeia avaliado em 6 milhões de dólares, para substituir o seu parque de máquinas com vistas à recuperação total da empresa, modernização do equipamento e substituição do trabalho artesanal pelo industrial, o que deverá conferir à empresa uma geração de lucros com base na circulação mercantil de seus produtos.

**Portugal** — O Banco Totta e Açores, de Portugal, e o Banco Nacional de Angola (BNA) assinaram recentemente um contrato que prevê a concessão ao BNA de um crédito no valor de 10 milhões de dólares, destinado a permitir às empresas angolanas o acesso a facilidades na compra de bens intermediários e de consumo de origem portuguesa.

## ECONOMIA

**TAAG** — As Linhas Aéreas de Angola (TAAG) puseram em operação, neste mês de janeiro, novos vôos para cinco países europeus e quatro africanos. Da programação da TAAG contam-se atualmente três vôos semanais para Lisboa, dois para Paris e Roma e um para Moscou e Berlim. Uma vez por semana há vôos também para São Tomé, Sal, Lusaca, Maputo, Kinshasa e Brazzaville, além do Rio de Janeiro.

## SOLIDARIEDADE

**Deslocados** — A Ação Agrária Alemã, organização não-governamental da Alemanha Ocidental, está prestando apoio a mais de 30 mil deslocados de guerra na província de Kuanza Norte. O referido programa compreende duas fases: a primeira, dedicada ao apoio de emergência, quando foram distribuídas 367 toneladas de víveres; a segunda, já em curso, consiste no desenvolvimento da agricultura com vistas à auto-suficiência alimentar em determinados produtos, como amendoim, feijão, milho e mandioca.

## CULTURA

**Música** — Músicos angolanos deverão cursar por três meses a Escola Brasileira de Música, que tem sede no Rio de Janeiro, para aperfeiçoamento de técnicas de violão, instrumentos de sopro e de percussão, conforme ficou acertado durante a visita do secretário de Cultura de Angola, Boaventura Cardoso.

# ANGOLA, TERRA DA LIBERDADE



# TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
A Serviço da Reconstrução Nacional

TAAG — Av. Presidente Vargas 542/Loja A  
Telefone: 263-4911  
Telefones no Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113



# Brasil mantém sua política africana

Os princípios diplomáticos do Brasil em relação ao continente africano serão mantidos pelo governo do presidente Fernando Collor de Mello, segundo afirmaram à Angop, em Brasília, alguns altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). As fontes sublinharam que a política africana do Brasil é uma política consistente e longamente amadurecida ao longo dos anos. Outro fator que, de acordo com as mesmas fontes, contribuirá para a manutenção da diplomacia brasileira em relação à África é a estrutura altamente profissional e relativamente estável do Itamaraty.

Essas declarações coincidem, na essência, com a única referência pública feita até agora pelo presidente eleito acerca do assunto. Quando respondia, durante a sua recente viagem ao exterior, à pergunta de um jornalista, nos Estados Unidos, sobre o relacionamento do Brasil com Angola e Moçambique, Collor afirmou textualmente: "Eu acho que a posição do Brasil com respeito à política externa vem sendo um dos poucos setores a merecer a nossa aprovação".

Ele acrescentou, igualmente, que o Brasil está disposto a contribuir para o fim dos conflitos em Angola e Moçambique, "defen-

dendo, naturalmente, os direitos internacionais da autodeterminação e da não-intervenção".

**Ponderações necessárias** — O desejo reafirmado insistentemente pelo novo presidente de ligar o Brasil ao chamado Primeiro Mundo tem levado alguns, talvez apressadamente, a pensar que isso significa, automaticamente, o abandono das relações com a África e a América Latina. Essa é, concretamente, a leitura dos setores que sempre se opuseram à aproximação do Brasil com o Terceiro Mundo.

Contudo, observadores mais cautelosos opinam que as afirma-

ções de Collor têm uma motivação liminar: o Brasil precisa de capitais e de tecnologia para dar um novo salto em frente, já que o atual modelo de desenvolvimento parece esgotado. Por outro lado, entre o desejo e a realidade há, por vezes, diferenças significativas. Nesta altura, a diferença pode ser, por exemplo, a preferência do Ocidente em investir massivamente no Leste europeu.

Os referidos observadores chamam também a atenção para as declarações do presidente eleito acerca da integração latino-americana, assim como a condenação (por duas vezes) da invasão americana ao Panamá.

## ENTREVISTA/IVAN CANNABRAVA

# Relações intensas e crescentes

P — Qual o estado atual das relações Brasil—Angola?

R — São boas e compreendem áreas variadas. Nós temos tido, nos últimos anos, um crescimento constante da abrangência dessas áreas. Hoje, por exemplo, são cada vez mais intensas as relações empresariais, econômicas e financeiras também, pois, como se sabe, Angola é o principal país devedor do Brasil, sem falar nas relações culturais. Enfim, são relações extremamente abrangentes, que revelam a importância das relações políticas.

P — No campo comercial, como estão as relações?

R — Angola é o principal parceiro comercial do Brasil na África. Tem havido, nos últimos anos, um saldo favorável a Angola por causa das vendas de petróleo, mas, por outro lado, vários produtos brasileiros têm entrado em Angola, num comércio que tende a crescer, tornando este país cada vez mais importante para o Brasil.

P — E no campo cultural?

R — Desde que estou em Luanda, o evento mais importante neste campo foi a quinzena cultural brasileira, que coincidiu com a visita do presidente José Sarney. Mas podemos fazer mais do que isso. Consideramos muito importante que se intensifiquem as iniciativas angolanas no Brasil. A

■ *A importância de Angola para o Brasil é a síntese da entrevista que o embaixador brasileiro em Luanda, Ivan Cannabrava, concedeu à Angop recentemente, da qual extraímos os seguintes trechos:*

## Comércio Brasil-Angola US\$ mil

Ano	Exportações Brasileiras	Exportações Angolanas
1975.....	6.016.....	7.136
1976.....	22.080.....	88
1977.....	26.183.....	—
1978.....	22.594.....	—
1979.....	88.726.....	—
1980.....	118.679.....	110.355
1981.....	106.962.....	155.875
1982.....	90.000.....	105.000
1983.....	46.450.....	214.504
1984.....	89.991.....	126.991
1985.....	128.884.....	147.743
1986.....	92.547.....	113.108
1987.....	206.385.....	98.876
1988.....	178.709.....	202.653

Fonte: Cacex.

contribuição cultural de Angola para o Brasil foi muito grande e é preciso que a população brasileira tome consciência cada vez mais disso, que veja os artistas angolanos, que leia os escritores angolanos. Acho que essa é uma tendência que deve ser estimulada.

P — Como o senhor vê o futuro

das relações entre os dois países?

R — Não vejo nenhuma modificação que não seja no sentido de intensificar as relações. Para qualquer governo, para qualquer presidente brasileiro, Angola não é um tema controvertido, é um tema assentado. Certamente as relações deverão se intensificar com o novo governo. Foram in-

tensas com o presidente José Sarney e continuarão a ser com o presidente Fernando Collor. Qualquer governo brasileiro só terá razões para intensificar as relações com Angola.

P — Quanto à situação no sudoeste africano e na África do Sul, em particular?

R — O Brasil tem tido uma posição muito clara em relação à África do Sul, condenando em todos os momentos o *apartheid*. Evidentemente o Brasil espera a abolição do *apartheid*. Para nós a discriminação racial é um crime, previsto inclusive na nossa constituição. Com a formação racial que tem, o Brasil não pode de forma alguma aceitar uma política como a do *apartheid*.

P — Por fim, como está se desenvolvendo o seu trabalho em Luanda?

R — Num certo sentido, é fácil ser embaixador brasileiro em Angola, porque existe no Brasil um lastro de simpatia natural com relação a esse país. Por outro lado, isso me cria grandes responsabilidades no sentido de explorar todo o potencial das nossas relações. Quer dizer, responsabilidade de sermos criativos, de buscarmos novas áreas de cooperação e de tentarmos cada vez mais elevar as nossas relações. Estes são os nossos objetivos.



## DIPLOMACIA

**Nujoma** — O presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), Sam Nujoma, em visita a Angola no mês passado, garantiu que, apesar do atraso que se registra na elaboração da constituição, a independência do seu país se dará antes do fim de março. O líder da Swapo considerou a sua viagem a Angola como um gesto de agradecimento ao povo deste país pelo apoio à luta armada e também política contra a colonização sul-africana.

**Israel** — Uma delegação do Partido Trabalhista de Israel,

chefiada pelo seu diretor do Departamento de Relações Internacionais, Abraham Hatzamri, em visita a Angola, a convite do MPLA — Partido do Trabalho, manifestou o desejo de estabelecer relações diplomáticas entre os dois países e partidos. Durante a sua estada de sete dias em Angola, a delegação israelense manteve diversos encontros com membros do MPLA e do governo angolano, expressando a sua disposição de contribuir para o bem-estar dos dois povos e a paz na região austral da África.

## COOPERAÇÃO

**Defesa** — As forças aéreas de Angola e Portugal vêm estreitando as suas relações de cooperação, estando prevista para breve a prestação, pela Força Aérea portuguesa, de serviços de manutenção e grandes reparos de helicópteros e aviões C-130 e outros de sua congénere angolana, além de treinamento de pilotos desta em Portugal. No mês passado, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea portuguesa, general Conceição e Silva, acompanhado de oficiais de altas patentes, assistiu em Luanda às comemorações do 14.º aniversário da Força Aérea angolana, e manteve conversações com o comandante da força angolana, Alberto Neto, que estivera em julho último em Portugal, com o objetivo de discutir as bases para intensificar a cooperação bilateral, principalmente, nas áreas de formação de pessoal e criação de órgãos de apoio, além de assistência técnica.

## CULTURA

**Teatro** — O grupo músico-teatral brasileiro Ponto de Partida esteve em Angola no mês passado, cumprindo um extenso calendário de apresentações em salas de espetáculos de Luanda, dentro das comemorações de reabertura do Teatro Avenida. O grupo, integrado por mais de trinta pessoas, entre atores, produtores e pessoal técnico, viajou à capital angolana a convite do Instituto Nacional de Formação Artística e Cultural.

**Viagem** — Pela primeira vez um grupo artístico angolano viajará aos Estados Unidos para apresentações em diversas cidades, ainda a serem definidas. Trata-se do grupo teatral Circulo da Pomba Branca, que estará se exibindo na segunda quinzena de março, a convite da emissora de rádio Canal 21, com o patrocínio da empresa americana Chrisrod.

## ECONOMIA

**Petroquímica** — O desenvolvimento da indústria petroquímica em Angola é possível, mas a implementação de um programa setorial levará pelo menos dez anos. A esta constatação chegaram os participantes do seminário "Estratégia para o desenvolvimento da indústria petroquímica em Angola", realizado em Luanda no mês passado. O seminário, organizado pelo Ministério da Energia e Petróleos e a Sociedade Nacional de Combustíveis (Sonangol), abordou a estratégia para o nascimento da indústria petroquímica em Angola. Entretanto, a implementação de um programa petroquímico no país está condicionado à viabilidade do baixo custo potencial das matérias-primas, ao acesso das indústrias mais significativas na África Austral/SADCC e à criação e expansão de um mercado estável, que contenha os pontos de distribuição dos produtos petroquímicos. É imprescindível também a criação de um ambiente propício à participação em Angola de companhias multinacionais nesse setor industrial. Participaram do seminário técnicos e representantes de minis-

térios e empresas dos setores de energia e petróleo, comércio e indústrias, da SADCC e convidados, com destaque para os representantes de companhias petrolíferas estrangeiras que operam em Angola.

**Feiras** — Angola vai participar este ano de oito feiras comerciais internacionais na África e na Europa. Neste continente, Angola estará presente nas feiras de Leipzig, em março; Milão, em abril; Paris, em abril/maio; e Lisboa, em maio. Na África, o país participará das feiras de Bulamayo (Zimbábue), em abril/maio; de N'Dola (Zâmbia), em junho; de Kinshasa (Zaire), em julho; e de Maputo (Moçambique), em agosto/setembro. Angola vai expor nestes eventos uma gama de produtos nacionais dos mais diversos ramos da economia e demonstrar a sua real capacidade em termos de exportação de produtos. A presença de Angola nestas feiras, particularmente de empresários e agentes económicos nacionais, permitirá igualmente a troca de experiências com parceiros comerciais estrangeiros em matéria de negócios e comércio internacional.

## HARMONIZAÇÃO

**Independentes** — Um grupo de angolanos da organização Democratas Independentes deslocou-se a Luanda, no mês passado, para diversos encontros com autoridades do país, inclusive o presidente José Eduardo dos Santos, com o objetivo de debater questões nacionais, particularmente o processo de paz em

Angola. Essa viagem é fruto de contatos do embaixador angolano no Egipto, Daniel Chipenda, que tem mantido conversações em Lisboa com elementos daquela organização e discutido com eles a possibilidade de regressarem a Angola "logo que queiram".

# ANGOLA, TERRA DA LIBERDADE



# TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
A Serviço da Reconstrução Nacional

TAAG — Av. Presidente Vargas 542/Loja A  
Telefone: 263-4911  
Telefones no Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113